



29.07.2009

Governo quer informatizar tribunais superiores e processos-crime

O ministro da Justiça adiantou esta quarta-feira que o Governo pretende alargar o processo electrónico aos tribunais superiores e aos processos-crime nos próximos dois anos e desvalorizou eventuais novos protestos de juízes relativamente ao programa Citius.

"O nosso objectivo é o de estender o processo electrónico aos tribunais superiores e ao processo-crime. Estamos em condições de levar esse objectivo à prática no próximo biénio e completar todo o processo de desmaterialização processual", referiu Alberto Costa.

O governante, que falava na apresentação de um estudo do Conselho Europeu que coloca Portugal no topo do ranking no uso de novas tecnologias na Justiça, acrescentou também que no programa socialista para as próximas eleições legislativas estará incluída uma proposta para criar um instrumento que permita aos cidadãos comuns o acompanhamento dos processos judiciais em que estejam envolvidos.

Questionado sobre as queixas de alguns juízes relativamente à aplicação do programa Citius - entrega de peças processuais e documentos por via electrónica - e a possibilidade de aquelas se repetirem, Alberto Costa desvalorizou.

"Novos protestos por parte dos juízes? Por parte dos juízes quero realçar uma enormíssima adesão a este processo. Quero sublinhar os milhões de actos que por eles foram praticados no âmbito do Citius. Isto é o facto. O facto não é a circunstância de A ou B fazer uma declaração reticente ou contestatória a uma grande inovação", frisou.

Alberto Costa afirmou também que o estudo hoje apresentado não pretende ser uma "resposta a queixas" e preferiu salientar que nos últimos três anos a taxa de resolução processual nos tribunais portugueses passou a ser positiva, dizendo que "esses progressos não podem ser dissimulados, não podem ser desvalorizados".

"Propaganda" nos televisores do novo Campus.

Confrontado com a divulgação em vídeos promocionais de alguns dos dados apresentados no estudo em televisores colocados na zona de atendimento ao público do Campus de Justiça em tempo de pré-campanha eleitoral, Alberto Costa disse não ver qualquer problema ético.

"Se se trata de informação objectiva, respeitante à actividade que o Estado desenvolve para servir os cidadãos, não vejo problema", defendeu o ministro.

Entre os resultados constantes do estudo, Alberto Costa destacou o volume de acções e requerimentos que dão entrada nos tribunais por via electrónica (71 por cento do total), os mais de dois milhões de actos processuais electrónicos praticados pelos juízes, as mais de 132 mil notificações electrónicas em apenas três meses e a possibilidade de os cidadãos verem os custos com os seus processos reduzidos entre os 25 e os 50 por cento se recorrerem à via electrónica.

Lusa